

<< Como enfrentarmos estes tempos de dificuldades? >>

Uma leitura dos Salmos 10 e 15, a partir da perspectiva da participação política.

MARCO TEOLÓGICO

Consideramos que é importante estabelecer o sentido de nossa vida em cada uma de nossas ações. E por esse motivo queremos destacar os textos de Salmos para observar algumas questões muito concretas para respondermos: como ter êxito na vida? Como fazer com que nossa organização, nosso ministério tenham êxito em tudo o que têm de fazer? Começaremos trabalhando em torno do Salmo 15 e depois trabalharemos com o Salmo 10.

Introdução

O livro de Salmos é conhecido também como o livro de louvores (*tehilim*), quase sempre acompanhado de uma harpa. Os Salmos têm raízes muito antigas na história do culto a Deus em Israel. Mas, quem são os opressores e suas vítimas que estão permanentemente incluídos neste livro? É provável que muitos desses poemas nos mostrem um mundo de opressão socioeconômica. Em várias passagens dos textos percebemos como os oprimidos são vítimas dos poderosos que os acusam falsamente de crimes com o fim de despojá-los de suas terras e propriedades, fazendo uso de sua posição social. “Os vocábulos ‘ricos’ e ‘maus’ chegam a ser sinônimos. Os ricos derramam o sangue dos inocentes, dão testemunho falso, subornam os juízes e, ao mesmo tempo, se gloriam de sua riqueza e de seu poder. No culto, os pobres podem receber o apoio dos sacerdotes fiéis à lei e à tradição de igualdade.” (Gottwald, 1985: 541)

Quais são as características dos convidados de Deus... desde o público até o privado? (Sl 15.1-5)

1) Vivem com integridade. Essa parte do texto tem a ver com a retidão de vida, com ser uma pessoa inquestionável e sincera. Mas a integridade não se vive para si mesmo; ela se dá na relação com os demais. O mandato foi e é para sermos íntegros. Quão coerentes somos entre o que falamos e o que fazemos? Coerentes em nossa vida. Esse Salmo responde à pergunta sobre quem se espera no lugar

santo. Teríamos de começar por perguntar-nos quão coerentes somos entre o que fazemos em nosso trabalho e o que fazemos em nossas casas.

2) Praticam a justiça (sedeq). Ou seja, trabalham pela justiça, mas a justiça como norma e objetivo legal. Trabalham pela reivindicação de um direito que esteja de acordo com um propósito justo e que seja leal a este esforço.

3) Fala a verdade. A verdade nos fará livres, diz a Palavra, e aqui se repete. O livro de Salmos nos pede verdade desde o centro de nossa personalidade, nossa vontade e mente. No entanto, diante da Comissão da Verdade, alguns ainda chegaram a chamá-la de “Comissão da Mentira” porque não gostariam que a verdade fosse exposta. A exposição da verdade é libertadora, e a pergunta é: como nós estamos vivendo a verdade? Estamos realmente falando a verdade em nosso coração, ou simplesmente somos uma caixa de ressonância de conceitos e de clichês que não dizem nada e que somente falamos porque sabemos que as pessoas gostam de ouvir? Qual é a nossa verdade como instituição? De que verdade estamos falando? O que estamos expondo? Seria bom que nos perguntássemos estas questões.

4) Não. O livro de Salmos nos mostra uma série de “nãos”. Exatamente três “nãos” bem claros que têm a ver com a relação com os demais:

“Não difama com sua língua, não faz mal ao próximo, nem lança injúria contra o seu vizinho”.

O texto nos mostra que estas três situações podiam estar dirigidas a pessoas muito próximas, amigas, companheiras, irmãs talvez, e/ou vizinhas, a quem estaríamos causando dano com nosso falar cheio de nossas influências negativas e com as ações diretas, não somente no nível pessoal, mas também no nível institucional. É interessante a imagem daquelas pessoas que causam (*asah*) dano; porque se refere à intenção consciente de construir ou transformar algo para causar dano. Porém, as pessoas que levam a cabo qualquer destas situações não são aceitas como hóspedes de Deus.

5) A seus olhos, têm por desprezível ao réprobo, mas honram aos que temem ao Senhor. Esta proposta de repente muda a lógica de nossas vidas. Tanto ontem como hoje, ainda estamos louvando aquelas pessoas ou instituições que têm poder, não importa quão indignas possam ser; e àqueles que não têm poder, ainda que sejam pessoas honestas, não lhes damos importância. Como são nossas relações com os demais, com as outras instituições, organizações e com o Estado? Temos de estabelecer isso.

6) Juram com dano próprio e não se retratam. Não muda. Não importa o que aconteça, a proposta é não mudar. Não importa a forma de ver as coisas. Eu creio que aqui se reflete como se pode distorcer nossa mente, que muda conforme vemos a situação. Nos acomodamos ao sistema ao invés de renovar constantemente nossa mente no sentido bíblico do que nos rodeia.

7) Não emprestam o seu dinheiro com usura. A proposta bíblica é que emprestemos dinheiro de modo solidário (*malveh*) e não usurário (*noshah*), sobretudo com os do povo de Deus (Êx 22.25). Isso tem a ver com não sermos abusivos com os que estão em condições de desvantagem econômica ou que por alguma circunstância puderam estar em apuros. Também podemos falar da administração responsável dos recursos que utilizamos, seja no nível pessoal ou institucional, e atendendo ao desejo de Deus. Uma responsabilidade que bem poderia passar por evitar o uso indevido de recursos institucionais para fins pessoais, por exemplo. Seria bom perguntar-nos: como estamos vivendo esse processo de prestação de contas dentro de nossas organizações? Dedicamos tempo para isso ou deixamos tudo como está? Isso é um aspecto importantíssimo no sentido da retidão de vida e ética pública.

8) Não aceitam suborno contra o inocente. Tanto ontem como hoje, dar testemunhos falsos dentro dos processos judiciais era e é uma prática de muitos para ganhar seus juízos. Os assuntos do suborno e das relações com os demais têm a ver com o público. Assim podemos ver como a esfera individual tem repercussões na esfera pública.

Em conclusão, o Salmo 15 nos ratifica em todo momento que a justiça tem a ver com uma ética da vida individual e com uma retidão de coração em nossas relações familiares, em nossas relações com os demais, nas relações de trabalho; também é uma ética com repercussões sociais. Nesse sentido, é necessário que o individual invada o público. A proposta do Salmo 15 é para uma ética da vida pública desde a vida privada, e isso é algo que devemos manter em todos os nossos atos e ainda quando falamos de justiça.

Tempos de aflição e destruição que podem ser quebrados... desde o público até o privado.

(Sl 10.1-8)

Este Salmo nos fala de como Deus fica indignado com a injustiça social que se viveu e se continua vivendo ao nosso redor. Fala desse sistema de impiedade, em que os ímpios (*rasha*), perversos, hostis a Deus, crêem que nunca cairão em desgraça, que podem vencer a Deus, passar despercebidos diante de seus olhos, que Deus não lhes vai levar em conta suas ações mal intencionadas com relação aos pobres,

desamparados, inocentes, órfãos, desafortunados, humildes; porém, como estão distantes da realidade! Deus nunca é indiferente a isso.

O Salmo apresenta uma descrição muito clara de todas aquelas pessoas que crêem que não existe Deus (v.4) e, portanto, podem fazer qualquer coisa. Os caminhos dessas pessoas prosperam em todo o tempo e elas sempre têm êxito em tudo o que fazem; porém, os juízos ou as decisões de Deus não lhes interessam. São pessoas que zombam dos seus inimigos (v. 5). A passagem nos fala das pessoas que estão convencidas de que nenhum mal lhes sobrevirá. E, portanto, maldizem, enganam, oprimem e insultam a todas aquelas pessoas com quem se relacionam por qualquer motivo (v. 6 e 7). Estas são pessoas que se escondem e esperam pacientemente até agarrar aquele que não tem culpa: o inocente; ou aquele que não pode se defender: o desamparado (v.8). Fazem tudo o que for necessário, abaixar-se, rastejar-se, até “abocanhar” a sua presa (que, por carecer de recursos econômicos, será sempre presa fácil para o que proponham a ela) e quando o fazem, o arrastam até outro lugar, onde eles podem exercer toda a sua influência e força, e, em seu poder, lhes caem os necessitados (v. 9 e 10). Essas pessoas, diz o versículo 11, crêem que Deus se escondeu, que se esqueceu, que virou o rosto, que nunca verá toda esta situação, que não vai indagar e que não vai pedir prestação de contas (v. 13).

Há pessoas neste mundo que agem dessa maneira, que planejam estrategicamente o mal, o revestem de filosofias, de crescimento econômico, o revestem de ganhos, de otimização, de “qualidade total”; porém, são pessoas que planificam o mal. Pensemos, por exemplo, em como é possível que as poucas pessoas que integram o FMI (10, 15, 20 pessoas, funcionários, burocratas internacionais) tomem decisões sobre assuntos que concernem a outros países; e perguntemo-nos: a quem eles prestam contas? A ninguém. As leis econômicas e/ou políticas respondem a decisões feitas por pessoas de carne e osso como nós, e planificam políticas sem considerar a situação dos povos e o que é pior, sem prestar contas; mas a passagem mostra-nos que esta situação pode mudar.

O Salmo continua mostrando-nos uma invocação a que Deus atue sobre a injustiça. O salmista pede a Deus que levante seu poder, seu domínio, para salvar os que estão padecendo e para ferir os que se comportam dessa maneira. Ele está convencido de que Deus se interessa, observa, leva em conta toda essa humilhação e frustração que seu povo está passando, e recorda como Deus mesmo se declarou protetor de viúvas, órfãos e pobres (Êx 22.22-23). Há uma terrível petição do salmista (v. 15): “quebranta o braço do perverso e do malvado”. Isso é forte. Por acaso será necessário pedir isso também para as pessoas que abusam sexualmente de crianças em nossos países, ou que jogam na prisão um inocente, ou

que escravizam uma criança para trabalhar em minas? Podemos pedir a Deus: “Deus, quebra a mão desse ímpio”? Alguma vez oramos assim? Até poderia parecer-nos vingança, mas o salmista está pedindo claramente: “quebranta o braço do perverso e do malvado”. É claro que devemos pedi-lo: “Quebra, Senhor, em pedaços, o poder que têm estas pessoas para que não continuem fazendo isso”; e continua o salmista: “esquadrinha-lhes a maldade, até nada mais achares”, pede a eles prestação de contas pela maldade que cometeram até que sejam comidos pela terra e se afundem no inferno. Parece que o salmista se arrebatou aqui; porém, era tamanha a sua indignação que seu pedido também foi forte: quebra-o, faze-o desaparecer. Elimina essa pessoa que pratica a injustiça. Isso nos mostra o zelo que Deus tem sobre esse tema da injustiça e sobre os que praticam a injustiça, pois ele não quer que isto ocorra.

É interessante observar o conceito de reino de Deus que nos mostra essa passagem. Deus está reinando atualmente e seu reino é um reino de justiça, mas também é político. Nesse reino, Deus estabelece suas regras de proteção, conduta solidária e justa, para todas nós que vivemos nele.

E termina este Salmo dizendo: “tens ouvido, Senhor, o desejo dos humildes”. Deus escuta o desejo dos humildes e de crianças que são maltratadas. Qual é o desejo dessa criança? “Não quero viver, sofrer estes maus-tratos.” Deus escuta todo esse medo, essa angústia que vive, todos os dias de sua vida, diante de seu(sua) agressor(a). O medo da vítima que é abusada sexualmente, Deus também escuta. O abandono de uma criança de rua que nunca teve ternura a seu lado, Deus escuta: Deus sabe o desejo dos humildes e inclina seus ouvidos a eles. Deus inclina seu ouvido para estas pessoas, e qual é sua reação? Deus vê a necessidade e, além disso, defende a causa da justiça (*shaphat*) (v.18). Ele não fica passivo, a passagem diz: “a fim de que o homem, que é da terra, já não infunda terror”. Para que nenhuma pessoa da terra volte a maltratar, abusar ou abandonar; em suma, infundir medo ou exercer poder abusivo sobre ninguém. E de que forma conseguiremos que nossas crianças deixem de ter um medo que as paralise? Exemplo: restituindo a possibilidade de que uma criança possa viver não mais maus tratos, mas sim bons tratos; ou, facilitando para que uma criança abusada possa receber um tratamento justo e, além disso, ser ouvida; ou, fazendo com que uma criança que não tinha nome, por não ter certidão de nascimento, tenha uma identidade. Estas são reivindicações para o órfão, o aflito, o humilde, o desamparado, que passam por um reconhecimento e uma restituição de direitos.

Este Salmo nos mostra uma dimensão mais social. Fala-nos de um Deus que se preocupa com o que acontece no mundo e com a injustiça social. A justiça que vimos no Salmo anterior nos falava de uma retidão de vida com repercussões públicas; agora vemos uma ênfase muito maior em que exista uma

justiça social, que se dá no espaço público, mas afeta a vida individual. Uma justiça social que tem a ver com o que acontece nas cortes, nos ministérios, no congresso; mas que afeta também minha vida pessoal.

Conclusões

Primeira: A injustiça tem a ver com o abuso de poder, pois, onde há injustiça, há abuso de poder. Como exemplo pode-se citar: a pessoa adulta exercendo poder sobre sua família; o(a) abusador(a) sobre a criança; o prefeito, os líderes das comunidades, das igrejas, através de seus acordos injustos. A polícia, quando tortura, ou o FMI, quando aplica políticas abusivas sobre os países, estão abusando de seu poder. Sempre quando há injustiça estamos falando de abuso de poder.

Mas a justiça também se relaciona com outro aspecto: é tornar possíveis os direitos humanos de todos, especialmente dos pobres. A injustiça seria então quando eu me mantenho passivo diante do que seria uma injustiça social. A passividade dos justos é uma injustiça. É como Martin Luther King disse: “a pessoa que não pratica a justiça, já comete injustiça”. Os passivos, os que somente olham o que acontece ao seu redor, também cometem injustiça. Então, a injustiça é abusar do poder, mas também é não fazer nada diante do abuso do poder. Se você ou eu permanecermos impávidos diante do que abusa do poder também estaremos cometendo uma injustiça.

Segunda: A luta pela justiça tem de ser uma luta em nível individual, mas também em nível global. Não podemos lutar apenas individualmente. Como instituições que atendemos crianças em situação de risco, poderíamos passar toda a vida assistindo-os e oferecendo a eles atenção, mas nunca conseguiríamos acabar com o problema. Então, como fazemos para atacar o problema principal? Como fazemos para atacar a estrutura, as raízes desse problema? O que temos de fazer para consegui-lo? Assustamo-nos e dizemos que isso não é possível, que não podemos realizar, que somos muito pequenos, que somos tão pequenos que não podemos mudar a situação de nosso país, a situação das crianças trabalhadoras que passam pela crise econômica etc. O que ocorre é que estamos lutando contra as conseqüências do problema.

Então, por que não damos outro passo de fé e começamos a incidir nas raízes do problema? A isso se chama **incidência**. Isto é, a incidência pública, a incidência política, a *advocacy*.

Como fazemos para que nossos ministérios, com toda a nossa pequenez, tenham a possibilidade de incidir nas raízes dos problemas, mudar as estruturas, “torcer o braço” dos poderosos para que façam leis justas, para que apliquem as leis que são boas e não são aplicadas para mudar os procedimentos que existem em nossos países sobre este tema?

MARCO CONCEITUAL

O que é a incidência política?

O objetivo da incidência política é influir nas relações de poder, gerar mudanças políticas para a defesa e promover a justiça. A incidência política é também conhecida como *advocacy*.

Para Paz y Esperanza¹, a incidência é:

“Defesa e promoção da justiça, é enfrentar estratégica e publicamente as causas de qualquer injustiça contra os pobres, conseguindo influenciar pacificamente nas pessoas com poder de decisão para que estabeleçam, cumpram ou mudem leis, políticas, procedimentos ou práticas que solucionem determinada injustiça social”.

“Abre a boca a favor do mudo, pelo direito de todos os que se acham desamparados. Abre a boca, julga retamente e faz justiça aos pobres e aos necessitados.” (Pv 31.8-9)

A incidência política ou *advocacy* tem a ver com a influência em relação às autoridades, às pessoas que têm poder. No espanhol, o termo usado para este conceito, “defensoria”, tem sido confundido com as defensorias legais e/ou consultórios jurídicos, nos quais as pessoas são defendidas legalmente. Porém, este não é o conceito que pretendemos dar aqui. Essa seria uma atenção secundária. A *advocacy* é, na verdade, a influência de uma pessoa sobre outras que têm o poder para mudar leis e procedimentos, ou para fazer as coisas diferentes no que diz respeito à própria estrutura do problema. Entendemos isso como incidência política.

Assim, estamos falando de toda ação dirigida a uma pessoa ou organização que tem poder de decisão sobre uma determinada injustiça que está sendo cometida. Se uma empresa está contaminando um rio e não cumpre as leis contra a contaminação, então, prepara-se uma campanha de incidência para que essa empresa deixe de contaminar o rio. Dessa forma, estão sendo utilizados procedimentos políticos para influir nessa empresa. Os medicamentos para portadores de HIV são caríssimos em nosso país, então, coloca-se em prática uma campanha para influenciar em nossas autoridades a fim de que baixem os custos de medicamentos ou que se convertam em medicamentos genéricos².

Oferecimento: Revista Mãos Dadas.

Todos os direitos reservados a *Juventud para Cristo* – Uruguai <www.juventudparacristo.org.uy> e *Asociación Paz y Esperanza* <www.pazyesperanza.org>

¹ Paz y Esperanza é uma associação civil, fundada em 1996, formada por profissionais, pastores e membros de diferentes igrejas evangélicas do Peru, que contribui para a transformação da sociedade para alcançar uma qualidade de vida de acordo com os propósitos de Deus, promovendo a justiça e o combate à pobreza. Para maiores informações visite o site www.pazyesperanza.org (N. do T.)

² No Brasil, um programa do Governo Federal disponibiliza gratuitamente medicamentos para os portadores de HIV. (N. do T.)